



Relatório de Administração 2017 - Enel Green Power Projetos I S.A.

Srs. Acionistas:

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a administração da Enel Green Power Projetos I S.A. submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

1) Perfil:

Em 27 de setembro de 2017, a Enel Brasil S.A. participou do “Leilão de Concessões não prorrogadas” organizado pelo Governo Federal por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), e ganhou o direito de operar por um período de 30 anos a usina hidrelétrica de Volta Grande, por um valor total de R\$ 1.420 milhões. A usina está localizada no Sudeste do país, entre os estados de São Paulo e Minas Gerais, e tem uma capacidade total instalada de 380 MW. O grupo Enel Brasil iniciou sua gestão sobre o ativo em 11 de novembro de 2017.

A aquisição da concessão foi financiada com 60% de dívida com terceiros e 40% com capital próprio. Inicialmente, foi considerado um crédito ponte por um período de dois anos (2018-2019). Durante este período, a Companhia pretende estruturar um financiamento de longo prazo.

2) Principais indicadores:

Indicadores Operacionais	2017
Capacidade instalada (MW)	380
Energia assegurada (Garantia Física) (MWmedia)	231
Geração de energia elétrica - Total (GWh/ano)	137
Venda de energia elétrica - Total (GWh/ano)	137
Investimento Total (R\$ Mil)	1.419.784

3) Desempenho operacional:

A empresa iniciou sua operação comercial em dezembro de 2017. Do total de sua geração, 70% é comercializada através do regime de cotas com uma receita mensal fixa. Os outros 30% da geração são comercializados no mercado livre. A disponibilidade para o mês dezembro foi de 66,8%. A geração líquida proporcional à gestão da Enel Brasil, em 2017, foi de 137 GWh.

4) Composição acionária:

Composição Acionária	2017	
Acionistas	Ações	%
Enel Brasil S.A.	1.000	100,00%
Total	1.000	100,00%



5) Agradecimentos

A Administração expressa seus agradecimentos aos acionistas, parceiros, fornecedores e clientes e, em especial, a todos os colaboradores, sejam próprios ou de empresas parceiras. Reconhece ainda que os resultados alcançados em 2017 se tornaram efetivos pelo comprometimento, dedicação e competência demonstrados.

A Administração

6) Informações corporativas

Diretoria Executiva	Descrição do Cargo
Leonardo Soares Walter	Diretor
Newton Souza de Moraes	Diretor

Outras Informações

- Razão social Enel Green Power Projetos I S.A.
- Tipo de sociedade Sociedade Anônima de Capital Fechado
- CNPJ 25.176.391/0001-20

Relações com Investidores

Isabel Regina Barroso de Alcântara

Contador Responsável

Franklin Natanael da Silva
CRC RJ-093216/O-0

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Enel Green Power Projetos I S.A.

31 de dezembro de 2017
com Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações
Contábeis Regulatórias

Enel Green Power Projetos I S.A.

Demonstrações Contábeis Regulatórias

31 de dezembro de 2017

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias	1
Demonstrações Contábeis Regulatórias	
Balanço patrimonial regulatório	5
Demonstração do resultado regulatório	6
Demonstração do resultado abrangente regulatório	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido regulatório	8
Demonstração do fluxo de caixa regulatório	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Administradores e Acionistas da
Enel Green Power Projetos I S.A.
Niterói - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Enel Green Power Projetos I S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira regulatória da Enel Green Power Projetos I S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 4.8 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Enel Green Power Projetos I S.A. a cumprir os requisitos da ANEEL. Conseqüentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

A Enel Green Power Projetos I S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (demonstrações contábeis societárias) sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com opinião sem modificação, com data de 27 de fevereiro de 2018.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

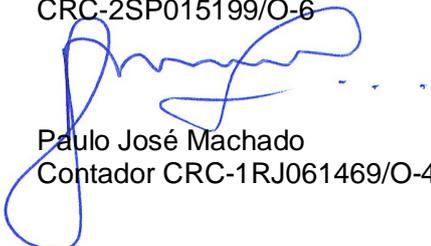


- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 25 de abril de 2018.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Paulo José Machado
Contador CRC-1RJ061469/O-4

Enel Green Power Projetos I S.A.

Balanço patrimonial regulatório
Em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2017
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	5	7.396
Contas a receber de clientes	6	35.449
Outros créditos		1.931
Total do ativo circulante		<u>44.776</u>
Não circulante		
Instrumentos financeiros derivativos	18	37.924
Imobilizado		18
Intangível	7	1.413.119
Total do ativo não circulante		<u>1.451.061</u>
Total do ativo		<u>1.495.837</u>
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	8	4.607
Impostos, taxas e contribuições a recolher	9	4.079
Taxas regulamentares	10	274
Dividendos a pagar	12	4.315
Empréstimos e financiamentos	11	3.836
Instrumentos financeiros derivativos	18	32.002
Total do passivo circulante		<u>49.113</u>
Passivo Não circulante		
Impostos diferidos passivos		1.747
Empréstimos e financiamentos	11	865.793
Total do passivo não circulante		<u>867.540</u>
Patrimônio líquido	12	
Capital social		565.756
Reserva de lucros		10.037
Outros resultados abrangentes		3.391
Total do patrimônio líquido		<u>579.184</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>1.495.837</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Enel Green Power Projetos I S.A.

Demonstração do resultado regulatório
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2017</u>
Receita operacional bruta		
Fornecimento de energia elétrica		35.449
Deduções da receita bruta		
Tributos e encargos		
PIS-PASEP		(186)
COFINS		(858)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH		(260)
Taxa de fiscalização - TFSEE		(14)
Receita operacional líquida	13	34.131
Custos e despesas		
Encargos de uso da rede elétrica		(2.422)
Impostos, taxas e contribuições		(1)
Serviços de terceiros		(748)
Amortização		(6.697)
Material		(4)
Seguros		(242)
Outras despesas operacionais		(9)
		(10.123)
Resultado da atividade		24.008
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	14	24.074
Despesas financeiras	14	(30.452)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		17.630
Imposto de renda corrente	15	(2.333)
Contribuição social corrente	15	(945)
Lucro líquido do exercício		14.352

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Enel Green Power Projetos I S.A.

Demonstração do resultado abrangente regulatório
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2017</u>
Lucro líquido do exercício	14.352
Ganho em instrumentos financeiros derivativos	5.137
Impostos diferidos sobre ganho em instrumentos financeiros derivativos	(1.746)
Resultado abrangente do exercício	<u>17.743</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Enel Green Power Projetos I S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido regulatório
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de reforço de capital de giro			
Saldos em 31 de dezembro de 2016	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital	565.756	-	-	-	-	565.756
Lucro líquido do exercício	-	-	-	14.352	-	14.352
Destinação do lucro líquido						
Reserva legal	-	908	-	(908)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(4.315)	-	(4.315)
Reserva de capital de giro	-	-	9.129	(15.826)	-	-
Ganho em instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	5.137	5.137
Impostos diferidos sobre ganho em instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	(1.746)	(1.746)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	565.756	908	9.129	-	3.391	579.184

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Enel Green Power Projetos I S.A.

Demonstração do fluxo de caixa regulatório
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2017</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Lucro líquido do exercício	14.352
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa gerado pelas atividades operacionais	
Encargos financeiros e variação cambial	9.629
Amortização	6.697
Instrumentos financeiros derivativos	(784)
(Aumento) redução de ativos operacionais	
Contas a receber de clientes	(35.449)
Outros créditos	(1.931)
Aumento de passivos	
Fornecedores	4.607
Impostos, taxas e contribuições a recolher	4.079
Taxas regulamentares	274
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>1.474</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento	
Aplicações no ativo imobilizado e intangível	(1.419.834)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	<u>(1.419.834)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Aumento de capital	565.756
Empréstimos e financiamentos	860.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>1.425.756</u>
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	<u>7.396</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>7.396</u>
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	<u><u>7.396</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Enel Green Power Projetos I S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Enel Green Power Projetos I S.A. foi constituída 04 de outubro de 2017, com sede na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, e tem por objeto social a geração de energia elétrica de origem hídrica.

Em 27 de setembro de 2017, a Enel Brasil conquistou um contrato de 30 anos de concessão para da usina de Volta Grande, já em operação, localizada no sudeste do país, com uma capacidade total instalada de 380 MW, de acordo com o “Leilão de Concessões não prorrogadas” organizado pelo Governo Federal por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

A Companhia firmou o contrato de concessão em 10 de novembro de 2017 e com início da prestação de serviço em 01 de dezembro de 2017, sendo em regime de alocação de cotas de sua garantia física de energia e de potência, nos termos da Lei nº 12.783/2013 alterada pela Lei nº 13.203/2015, mediante pagamento da Bonificação pela Outorga - BO, fixados pela Resolução nº 12 do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, de 12 de maio de 2017 e no Edital do Leilão Aneel nº 01/2017.

A usina hidrelétrica Volta Grande está localizada no Rio Grande, nos estados de Minas Gerais e São Paulo. A planta entrou em operação em 1974 e tem uma produção anual de 2,02 TWh.

A Companhia investiu um total de cerca de R\$ 1,4 bilhão de reais, na concessão da hidrelétrica, em linha com o plano de investimento estratégico do Grupo Enel. Como parte dos dispositivos de seu contrato de concessão, a Companhia possui uma receita anual de geração garantida.

A Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações contábeis regulatórias em 25 de abril de 2018.

2. Setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela ANEEL.

No negócio de geração, a Outorgada além de vender energia por meio dos leilões para as distribuidoras por meio do mercado cativo, também vende energia à Consumidores Livres no mercado livre – ACL. No mercado livre - ACL, a energia é negociada por meio das concessionárias de geração, PCH – Pequenas Centrais Hidrelétricas, autogeradores, comercializadores e importadores de energia.

Consumidores livres são aqueles cuja demanda excede a 3 MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento começou após julho de 1995. Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao sistema regulado se comunicar ao distribuidor de sua região com cinco anos de antecedência. Este período de aviso prévio procura assegurar que, se necessário, a distribuidora poderá comprar energia adicional para suprir a reentrada de Consumidores Livres no mercado regulado. As geradoras estatais podem vender energia a consumidores livres, mas as geradoras privadas, são obrigadas a fazê-lo através de um processo de leilão. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

Enel Green Power Projetos I S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis. Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador. As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos.

Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras regulatórias podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial das informações preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando o contrário estiver disposto em nota explicativa.

A preparação de demonstrações contábeis regulatórias requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas e que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas incluem: imposto de renda e contribuição social diferidos, perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e provisões para riscos tributários, ambientais, cíveis e trabalhistas.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis regulatórias. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis regulatórias estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Para melhor entendimento do leitor, as principais diferenças de práticas contábeis das demonstrações contábeis regulatórias para as demonstrações contábeis societárias estão adequadamente divulgadas e apresentadas na Nota 18.

Enel Green Power Projetos I S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações contábeis regulatórias, estão descritas a seguir.

4.1 Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As demonstrações contábeis regulatórias são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

4.2 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial.

a) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- ▶ Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- ▶ A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Enel Green Power Projetos I S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais práticas contábeis--Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

b) Passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

c) Hedge de fluxo de caixa

A parte eficaz do ganho ou perda do investimento de hedge é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, enquanto a parte ineficaz do hedge é reconhecida no resultado financeiro.

Quando a estratégia documentada da gestão de risco da Companhia para uma relação de hedge em particular excluir da avaliação da eficácia de hedge um componente específico do ganho ou perda, ou os respectivos fluxos de caixa do instrumento de hedge, esse componente do ganho ou perda excluído é reconhecido no resultado financeiro.

Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado quando a transação objeto de hedge afetar o resultado; por exemplo, quando a receita ou despesa financeira objeto de hedge for reconhecida ou quando uma venda prevista ocorrer.

Quando o item objeto de hedge for o custo de um ativo ou passivo não financeiro, os valores contabilizados no patrimônio líquido são transferidos ao valor contábil inicial do ativo ou passivo não financeiro.

Se o instrumento de hedge expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem (como parte da estratégia de hedging), ou se a sua classificação como hedge for revogada, ou quando a cobertura deixar de cumprir os critérios de contabilização de hedge, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos no resultado abrangente permanecem separadamente no patrimônio líquido até que a transação prevista ocorra ou o compromisso firme seja cumprido.

Enel Green Power Projetos I S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais práticas contábeis--Continuação

4.3 Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que os benefícios econômicos são gerados para a Companhia e composta pela parcela associada ao Custo de Gestão dos Ativos de Geração ("GAG"), que inclui os investimentos em melhorias durante o prazo da concessão, pela parcela de Retorno da Bonificação pela Outorga ("RBO") e outros encargos setoriais vigentes..

Suprimento de Energia Elétrica

Destina-se à contabilização da receita proveniente do suprimento de energia elétrica ao revendedor, no Ambiente de Contratação Regulada – ACR e comercializado no Ambiente de Contratação Livre – ACL, bem como dos ajustes e adicionais específicos.

Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira

4.4 Contas a receber de clientes

Engloba as contas a receber com fornecimento de energia faturada e energia comercializada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), registrado pelo valor de custo incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia e deduzidos de provisão para perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Em 31 de dezembro de 2017, nenhuma provisão para risco de crédito foi contabilizada, uma vez que a Administração não espera nenhuma perda relevante na realização dos créditos.

4.5 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro diferido são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto de renda e contribuição social diferido são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferido ativo é reconhecido somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Enel Green Power Projetos I S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais práticas contábeis--Continuação

4.6 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2017

<u>Normas, interpretações e alterações</u>	<u>Aplicação obrigatória para:</u>
<u>Iniciativa de Divulgação: Alterações ao CPC 26 / IAS 7</u> <i>As alterações requerem divulgações adicionais que permitam aos usuários das demonstrações contábeis entender e avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, inclusive as mutações decorrentes dos fluxos de caixa e mutações que não afetam o caixa (tais como as de variações cambiais).</i>	Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2017.
<u>Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas Não Realizadas - Alterações ao CPC 32 / IAS 12</u> <i>As alterações esclarecem a contabilização de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados a valor justo.</i>	Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2017.
<u>Ciclo de melhorias anuais - 2015-2017</u> <i>Alterações à IFRS 12 Divulgação de Participações em Outras Entidades: Esclarecimento do escopo de requisitos de divulgação na IFRS 12</i> <i>As alterações esclarecem que os requisitos de divulgação da IFRS 12 distintos dos previstos nos parágrafos B10-B16 aplicam-se às participações de uma entidade em uma subsidiária, em um empreendimento controlado em conjunto (joint venture) ou em uma coligada (ou a uma parcela de sua participação em uma joint venture ou em uma coligada), que sejam classificadas (ou incluídas em um grupo para fins de alienação que seja classificado) como mantidas para venda.</i>	Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2017.

As alterações e melhorias as normas, que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2017, não tiveram efeito significativo nas demonstrações contábeis regulatórias da Companhia.

Enel Green Power Projetos I S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais práticas contábeis--Continuação

4.7 Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2017

<u>Normas, interpretações e alterações</u>	<u>Aplicação obrigatória para:</u>
<p><u>CPC 48 / IFRS 9: Instrumentos Financeiros</u></p> <p>Principais pontos introduzidos pela norma</p> <p><i>Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa da IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a IAS 39/CPC38, ICPC 06 e OCPC 03. Em dezembro de 2016, Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) divulgou o CPC 48, em conformidade com a IFRS 9. As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novos critérios de classificação e mensuração; (ii) redução ao valor recuperável do ativo; e (iii) contabilização de hedge.</i></p> <p>Impactos da adoção</p> <p><i>A Administração da Companhia está avaliando os impactos do CPC 48. Na opinião da Administração a expectativa é que a aplicação desta norma não deverá ter um efeito significativo nas demonstrações contábeis.</i></p> <p><i>A Companhia planeja adotar a nova norma na data efetiva requerida e não fará reapresentação de informações comparativas.</i></p>	<p>Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2018.</p>
<p><u>CPC 47 / IFRS 15: Receita de contratos com clientes</u></p> <p>Principais pontos introduzidos pela norma</p> <p><i>Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. A IFRS 15 foi emitida em maio de 2014 e alterada em abril de 2016 e substitui o CPC 17, IAS 18/CPC30, Interpretação A e B (CPC 30), ICPC 02, ICPC 11. Em dezembro de 2016, o CPC divulgou o CPC 47, em conformidade com a IFRS 15. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Essa norma entra em vigor em 1º de janeiro de 2018.</i></p> <p><i>A norma exige a aplicação retrospectiva completa ou a aplicação retrospectiva modificada para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia planeja adotar a nova norma na data de vigência requerida com base no método retrospectivo modificada.</i></p> <p>Impactos da adoção</p> <p><i>A Administração da Companhia realizou a revisão dos seus contratos e não identificou impactos oriundos da adoção da norma.</i></p>	<p>Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2018.</p>

Enel Green Power Projetos I S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Normas, interpretações e alterações	Aplicação obrigatória para:
CPC 06 (R2) / IFRS 16 Leases – Arrendamentos	
<i>Principais pontos introduzidos pela norma</i>	
<i>Essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17/CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas. Em dezembro de 2017, o CPC divulgou o CPC 06 (R2), em conformidade com a IFRS 16, e entrará em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019. Essa norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente.</i>	Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2019.
<i>Impactos da adoção</i>	
<i>A avaliação da Companhia dos impactos da nova norma está em andamento. Nossa avaliação está sendo conduzida junto às diversas áreas da Companhia com o objetivo de identificar os contratos de arrendamento existentes, bem como o ambiente de controles internos e sistemas impactados pela adoção da nova norma.</i>	
<u>Interpretação IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento de contraprestação</u>	
<i>Esta interpretação esclarece a forma de determinar a data da transação com o objetivo de estabelecer a taxa de câmbio a ser usada em transações em moeda estrangeira, quando a contraprestação é paga ou recebida antes de reconhecer os ganhos, despesas ou ativos relacionados. Para esses fins, a data da transação é a data em que uma entidade reconhece inicialmente o ativo ou passivo não monetário decorrente do adiantamento da contraprestação.</i>	Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2018.
<i>A Interpretação passa a vigorar para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018. A aplicação antecipada da interpretação é permitida e deverá ser divulgada.</i>	
<i>A Companhia não espera nenhum impacto significativo em suas demonstrações contábeis.</i>	

Enel Green Power Projetos I S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Normas, interpretações e alterações	Aplicação obrigatória para:
<u>Interpretação IFRIC 23 Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda</u> <i>Em junho de 2017, o IASB emitiu esta interpretação para esclarecer a aplicação dos critérios de reconhecimento e mensuração da IAS 12 quando há incerteza sobre os tratamentos a serem aplicados. A interpretação aborda as seguintes questões: (i) aplicação conjunta ou independente de tratamentos fiscais; (ii) os pressupostos a serem feitos sobre a revisão dos tratamentos fiscais pelas autoridades fiscais; (iii) como determinar o lucro (prejuízo) tributário, bases tributárias, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários não utilizados e alíquotas de imposto; e (iv) como considerar mudanças nos fatos e circunstâncias.</i> <i>A Interpretação passa a vigorar para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2019. A aplicação antecipada da interpretação é permitida.</i> <i>A Administração está avaliando o impacto que a IFRIC 23 poderá gerar nas demonstrações contábeis, na data efetiva de sua aplicação.</i>	Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2019.

4.8 Demonstrações contábeis regulatórias

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015.

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas demonstrações contábeis societárias apresentadas nas páginas 10 a 14 das referidas demonstrações, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

4.8.1 Imobilizado

4.8.1.1 Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, calculada pelo método linear, baseada na vida útil definida pelo órgão regulador. As vidas úteis estimadas seguem as taxas especificadas na Resolução ANEEL no 674, de 11 de agosto de 2015 (vigente a partir de 01 de janeiro de 2016).

Enel Green Power Projetos I S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais práticas contábeis--Continuação

4.8 Demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

4.8.1 Imobilizado--Continuação

4.8.1.1 Imobilizado em serviço--Continuação

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

4.8.1.2 Imobilizado em curso

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros, bem como parte dos custos da administração central. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de revisão de tarifas e preços, gerando benefícios econômicos futuros para a Companhia.

4.8.2 Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização deduzido da amortização acumulada. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear, baseada na vida útil estimada dos itens.

Na referida rubrica encontra-se registrado o valor pago pela Bonificação de Outorga - BO, fixados pela Resolução nº 12 do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, de 12 de maio de 2017 e no Edital do Leilão Aneel nº 01/2017.

Enel Green Power Projetos I S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2017</u>
Aplicações financeiras - CDB	<u>7.396</u>
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>7.396</u>

6. Contas a receber de clientes

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de R\$ 35.449 refere-se às contas a receber decorrentes dos contratos de venda de energia elétrica comercializada em regime de alocação de cotas de garantia física e de potência junto a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

7. Intangível

O intangível, por natureza, está constituído da seguinte forma:

Intangível	Valor bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Valor bruto em 31/12/2017	Adições líquidas = (A)	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2017
Ativo intangível em serviço						
Geração	-	1.419.784	1.419.784	1.419.784	(6.697)	1.413.087
Outros	-	1.419.784	1.419.784	1.419.784	(6.697)	1.413.087
Total do ativo intangível em serviço	-	1.419.784	1.419.784	1.419.784	(6.697)	1.413.087
Ativo intangível em curso						
Geração	-	32	32	32	-	32
Softwares	-	32	32	32	-	32
Total do ativo intangível em curso	-	32	32	32	-	32
Total do ativo intangível	-	1.419.816	1.419.816	1.419.816	(6.697)	1.413.119

	<u>31/12/2017</u>		
Ativo intangível	Valor bruto	Amortização acumulada	Valor líquido
Em serviço			
Geração	1.419.784	(6.697)	1.413.087
Custo Histórico	1.419.784	(6.697)	1.413.087
Total do ativo intangível em serviço	1.419.784	(6.697)	1.413.087
Em curso			
Geração	32	-	32
Total do ativo intangível em curso	32	-	32
Total do ativo intangível	1.419.816	(6.697)	1.413.119

Enel Green Power Projetos I S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2017 o saldo de fornecedores é composto, basicamente, pelas obrigações a pagar aos fornecedores referentes às aquisições dos itens que compõem o ativo imobilizado, que farão parte da futura infraestrutura operacional da Companhia.

	<u>31/12/2017</u>
Seguros	1.455
Encargos de uso da rede elétrica	2.422
Indra Brasil Soluções e Serviços Técnicos S.A.	315
Agrícola União Ferragens e Ferramentas Ltda. ME	20
Logica Tecnologia	4
Grupo Colabore	59
Quality	50
Orion Transporte	3
Trevisa & Rotta Maquinas e Ferramentas Ltda.	1
Paradigma Business Solutions S.A.	154
Automalógica Sistemas para Automação LTDA	124
Total	<u>4.607</u>

9. Impostos, taxas e contribuições a recolher

	<u>31/12/2017</u>
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	2.333
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	945
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	649
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF - terceiros	10
Programa de Integração Social - PIS	141
Outros impostos retidos - terceiros	1
Total	<u>4.079</u>

10. Taxas regulamentares

	<u>31/12/2017</u>
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica ("TFSEE")	14
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos ("CFURH")	260
Total impostos, taxas e contribuições a recolher	<u>274</u>

Enel Green Power Projetos I S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Empréstimos e financiamentos

Em 07 de novembro de 2017, a Enel Green Power Projetos I firmou um contrato de empréstimo com o Banco BNP Paribas no montante de R\$ 860.000, que será amortizado no final do contrato de 2 anos, ou seja, em novembro de 2019 com juros de 3,19% a.a. e pagamentos de juros trimestrais. Este empréstimo possui garantia da *holding* Enel Brasil S.A.

	Vencimento	31/12/2016	Principal	Juros	Varição cambial	31/12/2017
Instituições						
BNP Paribas	08/11/2019	-	860.000	3.797	5.832	869.629
Total		-	860.000	3.797	5.832	869.629
Circulante						3.836
Não circulante						865.793

12. Patrimônio líquido

a) Capital social

A Companhia possuía a seguinte composição acionária, para 31 de dezembro de 2017:

	Ações ordinárias (em unidades)	
	Quantidade	%
Enel Brasil S.A.	1.000	100%
Outros	-	0%
Total	1.000	100%

b) Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

As diferenças de práticas contábeis das demonstrações contábeis regulatórias para as demonstrações contábeis societárias estão adequadamente divulgadas e apresentadas na Nota 20.

	31/12/2017
Lucro líquido do exercício	21.049
Reserva legal	(908)
Lucro ajustado	20.141
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	4.315
Reserva de reforço de capital de giro	15.826

Enel Green Power Projetos I S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Patrimônio líquido--Continuação

c) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social corrigido anualmente.

d) Reserva de reforço de capital de giro

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não pode exceder o montante do capital subscrito, conforme os termos do artigo 20 do estatuto social da Companhia.

13. Receita operacional líquida

	<u>31/12/2017</u>
Receita de bonificação de outorga - RBO	19.866
Gestão dos ativos de geração - GAG	6.393
Venda no mercado SPOT	9.181
Venda no Mecanismo de Realocação de Energia - MRE	9
Total da receita operacional bruta	<u>35.449</u>
(-) Deduções da receita	
COFINS	(858)
PIS	(186)
TFSEE	(14)
CFURH	(260)
Total de deduções da receita	<u>(1.318)</u>
Total da receita operacional líquida	<u><u>34.131</u></u>

14. Resultado financeiro

	<u>31/12/2017</u>
Receitas financeiras	
Rendimento de aplicações financeiras	3.092
Ganho em instrumentos financeiros derivativos	20.982
Total das receitas financeiras	<u>24.074</u>
Despesas financeiras	
Juros passivos	(3.797)
Perda em instrumentos financeiros derivativos	(20.198)
Outras despesas financeiras	(625)
Total das despesas financeiras	<u>(24.620)</u>
Variações cambiais líquidas	(5.832)
Total do resultado financeiro	<u><u>(6.378)</u></u>

15. Imposto de renda e contribuição social

Enel Green Power Projetos I S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2017</u>
Receita de bonificação de outorga - RBO, líquido das amortizações	13.011
Gestão dos ativos de geração - GAG	6.393
Venda no mercado SPOT	9.181
Venda no Mecanismo de Realocação de Energia - MRE	9
Total	<u>28.594</u>
Base de cálculo presumida do imposto de renda (8%)	2.287
Outras receitas	7.067
Total base de cálculo	<u>9.354</u>
Alíquota do imposto de renda (15%)	1.403
Alíquota do imposto de renda (10%)	930
Total do imposto de renda	<u>2.333</u>
Base de cálculo presumida da contribuição social (12%)	3.431
Outras receitas	7.067
Total base de cálculo	<u>10.498</u>
Alíquota da contribuição social (9%)	945
Total imposto de renda e contribuição social debitados no resultado	<u>3.278</u>

16. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Considerações gerais

O Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas praticadas pelo mercado.

Fatores de risco

a) Risco de câmbio

Este risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar em perdas para Companhia, como por exemplo, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados ao dólar. De forma a evitar este risco, todas as dívidas indexadas ao dólar da companhia possuem contratos de swap (Dólar para Real e Libor para CDI)

A Companhia eventualmente se utiliza de instrumentos derivativos com o propósito único de proteção (hedge) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros e inflação, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização desses instrumentos. Os instrumentos de proteção utilizados são swaps de moeda (cambio) ou taxas de juros e inflação sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

Enel Green Power Projetos I S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

a) Risco de câmbio--Continuação

A estratégia de proteção cambial é aplicada de acordo com o grau de previsibilidade da exposição, com a disponibilidade de instrumentos de proteção adequados e o custo-benefício de realizar operações de proteção (em relação ao nível de exposição e seus potenciais impactos):

- Proteção total: quanto o montante e o prazo da exposição são conhecidos e indicam impacto potencial relevante;
- Proteção parcial: proteção para a parte cuja exposição é conhecida, caso seu impacto potencial seja relevante, e manter exposição na parcela na qual há incerteza (evitando-se posições especulativas);
- Proteção dinâmica: quando não há certeza sobre a exposição temporal, mas há impacto potencial relevante que possa ser identificado e parcialmente mitigado por posições contrárias equivalentes não especulativas.

	<u>31/12/2017</u>
Passivos em moeda estrangeira	
Empréstimos e financiamentos	<u>869.629</u>
Exposição patrimonial	<u>869.629</u>
	(856.164)
Instrumentos financeiros notional	
	<u>13.465</u>
Exposição cambial total	

b) Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Com finalidade de evitar riscos com variações nos índices de mercado, os empréstimos indexados a taxas variáveis, tiveram suas taxas fixadas através de contrato de swap, para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. O ajuste a débito e a crédito dessa operação está registrado na demonstração do resultado

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade dos impactos no resultado da Companhia caso as variações nas taxas de juros de 2017 fossem iguais as esperadas para 2018, segundo projeções baseadas na curva futura da B3 (anteriormente denominada BM&FBOVESPA):

Indexador do Contrato	31/12/2017	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
		Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
Dólares Norte Americanos	1.133	4.187	3.054	6.725	5.592
CDI	61.679	75.120	13.441	88.369	26.690
Total	62.812	79.307	16.495	95.094	32.282

16. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Enel Green Power Projetos I S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Risco de liquidez

A liquidez da Companhia é gerida através do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

As tabelas abaixo apresentam informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos e financiamentos da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de dezembro de 2017						
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	-	6.856	20.964	894.994	-	922.814
	-	6.856	20.964	894.994	-	922.814

Os valores previstos para os próximos vencimentos dos instrumentos financeiros derivativos que estão contemplados nos fluxos de caixa da Companhia estão dispostos abaixo:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de dezembro de 2017						
"Swaps" de juros 13/04/17	-	9.155	25.193	31.480	-	65.828
	-	9.155	25.193	31.480	-	65.828

Valorização dos instrumentos financeiros

Na determinação do valor justo dos empréstimos e financiamentos, a Administração da Companhia utilizou fluxos de caixa futuros descontados a taxas consideradas adequadas para realização de novas operações no mercado.

Valor justo hierárquico

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros, a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

16. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Valor justo hierárquico--Continuação

Enel Green Power Projetos I S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor justo hierárquico, contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2017 são como segue:

	Categoria	Nível	31/12/2017	
			Contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio de resultado	2	7.396	7.396
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	2	35.449	35.449
Instrumentos financeiros derivativos	Empréstimos e recebíveis	2	37.924	37.924
Outros créditos	Outros ativos financeiros	2	1.931	1.931
Fornecedores	Outros passivos financeiros	2	4.607	4.607
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros	2	869.629	856.164
Instrumentos financeiros derivativos	Outros passivos financeiros	2	32.002	32.002

Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

A Companhia realizou uma análise em seus instrumentos financeiros, com objetivo de mensurar os impactos decorrentes de mudanças em variáveis de mercado, considerando como cenário mais provável para a realização nos próximos 12 meses a projeção dos indicadores divulgados de acordo com a curva futuro dos indicadores divulgada pela B3.

Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no Cenário Provável.

Em seguida, apresenta-se a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do swap da Companhia:

Contrato	31/12/2017	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
		Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
BNP 4131	73.138	270.378	197.240	434.281	361.143
Swap Ponta Ativa 4131	(72.005)	(266.191)	(194.186)	(427.556)	(355.551)
Swap Ponta Passiva 4131	61.679	75.120	13.441	88.369	26.690
Total	62.812	79.307	16.495	95.094	32.282

Enel Green Power Projetos I S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Valor justo hierárquico--Continuação

Os valores da curva e de mercado do instrumento derivativo (*swap*) de 31 de dezembro de 2017 são como segue:

<u>Derivativo</u>	<u>Valor da curva</u>	<u>Valor de mercado</u>	<u>Diferença</u>	<u>Valor de referência (Notional)</u>
Swap Fixo(USD) x DI 09.11.17 BNP	730	5.922	5.192	860.000

A estimativa do valor de mercado das operações de swaps foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela B3 na posição de 31 de dezembro de 2017.

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia detinha operações de swap, conforme demonstrado abaixo:

<u>Contraparte</u>	<u>Data dos contratos</u>	<u>Data de vencimento</u>	<u>Posição</u>	<u>Valores de referência</u>	
				<u>Moeda local</u>	
<u>Contrato de swap</u>				<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
BNP PARIBAS S.A	09/11/2017	08/11/2019	USD + 4,19% a.a CDI + 0,70% a.a	5.922	-

17. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar seguros em montantes considerados suficientes pela sua Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade e os riscos envolvidos em suas operações.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía a seguinte apólice de seguro contratada:

<u>Riscos</u>	<u>Vigência</u>		<u>Importância segurada</u>	<u>Limite Máximo de Indenização</u>
	<u>De</u>	<u>Até</u>		
Risco operacional	10/11/2017	31/10/2018	1.140.000	3.805.858

Enel Green Power Projetos I S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Conciliação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício regulatório e societário

Apresentamos a seguir a reconciliação das informações apresentadas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil com as informações regulatórias.

	31/12/2017		
	Societário	Ajustes	Regulatório
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7.396	-	7.396
Contas a receber de clientes	35.449	-	35.449
Ativo financeiro - contas a receber vinculadas à concessão	47.326	(47.326)	-
Outros créditos	1.931	-	1.931
Total do ativo circulante	92.102	(47.326)	44.776
Não circulante			
Ativo financeiro - contas a receber vinculadas à concessão	1.369.578	(1.369.578)	-
Instrumentos financeiros derivativos	37.924	-	37.924
Imobilizado	18	-	18
Intangível	32	1.413.087	1.413.119
Total do ativo não circulante	1.407.552	43.509	1.451.061
Total do ativo	1.499.654	(3.817)	1.495.837
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	4.607	-	4.607
Impostos, taxas e contribuições a recolher	4.079	-	4.079
Instrumentos financeiros derivativos	32.002	-	32.002
Taxas regulamentares	274	-	274
Dividendos a pagar	4.315	-	4.315
Empréstimos e financiamentos	3.836	-	3.836
Total do passivo circulante	49.113	-	49.113
Não circulante			
Impostos diferidos passivos	1.747	-	1.747
Empréstimos e financiamentos	865.793	-	865.793
Total do passivo não circulante	867.540	-	867.540
Patrimônio líquido			
Capital social	565.756	-	565.756
Reserva de lucros	13.854	(3.817)	10.037
Outros resultados abrangentes	3.391	-	3.391
Total do patrimônio líquido	583.001	(3.817)	579.184
Total do passivo e do patrimônio líquido	1.499.654	(3.817)	1.495.837

Enel Green Power Projetos I S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Conciliação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício regulatório e societário--Continuação

	31/12/2017		
	Societário	Ajustes	Regulatório
Receita operacional bruta			
Fornecimento de energia elétrica	35.449	-	35.449
Atualização do bônus de concessão	3.975	(3.975)	-
Amortização do bônus de concessão	(6.855)	(6.855)	-
	<u>32.569</u>	<u>2.880</u>	<u>35.449</u>
Deduções da receita bruta			
Tributos e encargos			
PIS-PASEP	(186)	-	(186)
COFINS	(858)	-	(858)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	(260)	-	(260)
Taxa de fiscalização - TFSEE	(14)	-	(14)
	<u>(1.318)</u>	<u>-</u>	<u>(1.318)</u>
Receita operacional líquida	31.251	2.880	34.131
Custos e despesas			
Encargos de uso da rede elétrica	(2.422)	-	(2.422)
Impostos, taxas e contribuições	(1)	-	(1)
Serviços de terceiros	(748)	-	(748)
Amortização	-	(6.697)	(6.697)
Material	(4)	-	(4)
Seguros	(242)	-	(242)
Outras despesas operacionais	(9)	-	(9)
	<u>(3.426)</u>	<u>-</u>	<u>(10.123)</u>
Resultado da atividade	27.825	(3.817)	24.008
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	24.074	-	24.074
Despesas financeiras	(30.452)	-	(30.452)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	21.447	(3.817)	17.630
Imposto de renda corrente	(2.333)	-	(2.333)
Contribuição social corrente	(945)	-	(945)
Lucro líquido do exercício	18.169	(3.817)	14.352

Enel Green Power Projetos I S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	<u>31/12/2017</u>
Patrimônio líquido societário	583.001
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	
Atualização do bônus de concessão	(3.975)
Amortização do bônus de concessão	158
	<hr/>
Patrimônio líquido regulatório	579.184

Conforme comentado no item 4.6.2, o efeito do valor pago pela bonificação de Outorga – BO, foi registrado contra a rubrica “Intangível” no balanço patrimonial.

20. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	<u>31/12/2017</u>
Lucro líquido societário	18.169
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	
Atualização do bônus de concessão	(3.975)
Amortização do bônus de concessão	158
	<hr/>
Lucro líquido regulatório	14.352

Conforme comentado no item 4.6.2, o efeito do valor pago pela bonificação de Outorga – BO, foi registrado contra a rubrica “Intangível” no balanço patrimonial.

Niterói - RJ, 25 de abril de 2018

Newton Souza de Moraes
Diretor

Leonardo Soares Walter
Diretor